

Assistência externa e projeção de poder dos Estados Unidos: análise da autoridade presidencial de *drawdown*

Foreign assistance and US power projection: an analysis of presidential drawdown authority

Resumo: Este artigo investiga a projeção dos Estados Unidos (EUA) no sistema internacional a partir do envio de assistência militar e humanitária a países e organizações e que está fundamentada na autoridade presidencial de *drawdown*. O objetivo é analisar a utilização dessa autoridade de 1961 a 2024. Esta pesquisa utiliza as metodologias qualitativa (análise documental) e quantitativa (confeção de um banco de dados com registros de *drawdowns*). A análise revelou que ao longo do tempo a autoridade foi utilizada como meio de projeção e influência dos Estados Unidos no exterior. Foi também possível observar a variação histórica da utilização dos *drawdowns*. A guerra da Ucrânia, a partir da década de 2020, resultou em uma quantidade sem precedentes em termos numéricos e em recursos em armas e educação militar. Por fim, diagnosticou-se que os EUA têm fornecido assistência militar a países e organizações com objetivos que incluem a estabilização de regiões, combate ao terrorismo, assistência militar a conflitos, ajuda humanitária e apoio a missões de paz.

Palavras-chave: Drawdown; Poder presidencial; Assistência militar; Metodologia qualitativa-quantitativa; Guerra da Ucrânia.

Abstract: The article investigates the projection of the USA in the international system through the provision of military and humanitarian assistance to countries and organizations based on the presidential drawdown authority. The aim is to analyze the utilization of this authority from 1961 to 2024. The research employs qualitative (documentary analysis) and quantitative (creation of a database with drawdown records) methodologies. The analysis revealed that over time the authority has been used as a means of projecting and influencing the United States abroad. Historical variations in drawdown utilization were also observed. The Ukraine conflict, from the 2020s, resulted in an unprecedented quantity in numerical terms and in resources in arms and military education. Finally, it was diagnosed that the USA has provided military assistance to countries and organizations with objectives including region stabilization, counterterrorism, military conflict assistance, humanitarian aid, and support for peacekeeping missions.

Keywords: Drawdown; Presidential Power; Military assistance; Qualitative-quantitative methodology; Ukraine War.

Cláudio Júnior Damin 

Universidade Federal do Pampa
São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil
claudiodamin@unipampa.edu.br

Recebido: 13 maio 2024

Aprovado: 13 dez. 2024

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a projeção dos Estados Unidos no sistema internacional por meio do envio de assistência militar e humanitária a países e organizações através da autoridade presidencial de *drawdown* aprovada pelo Congresso em 1961. O objetivo principal é analisar a utilização dessa autoridade pelo presidente da república ao longo do tempo, verificando sua dinâmica, características básicas e reflexos para a promoção da política externa norte-americana.

O tema dos *drawdowns*, na literatura especializada, seja norte-americana, seja brasileira, tem recebido pouca atenção, sendo um dos poderes presidenciais de intervenção no exterior menos conhecidos, porém não menos relevantes. Nesse sentido, este artigo também tem como objetivo realizar uma primeira análise em português sobre sua utilização de modo a diminuir a lacuna de conhecimento.

Esta pesquisa utiliza as metodologias qualitativa e quantitativa para a consecução de seus objetivos. Em termos qualitativos é feita uma análise documental de relatórios governamentais, documentos oficiais e legislações e, do ponto de vista quantitativo, confeccionou-se um banco de dados contendo todos os registros de *drawdowns* desde sua criação até 2024, proporcionando uma análise longitudinal com tratamento estatístico.

Este artigo trabalha com dois argumentos básicos, passando eles a ser objeto de atenção ao longo do texto. O primeiro assevera que a autoridade de *drawdown*, mesmo existente desde a década de 1960, voltou a ser utilizada e em uma intensidade inédita desde sua criação a partir da década de 2020 com o início da guerra da Rússia contra a Ucrânia. O segundo argumento, por sua vez, afirma que ao longo do tempo os *drawdowns* foram utilizados como ferramenta de projeção de poder e influência dos Estados Unidos no sistema internacional, privilegiando aliados estratégicos de sua política externa.

Além desta introdução, o artigo está dividido em três partes básicas. A primeira aborda a reorganização, nos anos 1960, do sistema de assistência externa dos Estados Unidos a países e organizações internacionais, focando na Lei de Assistência Externa, da administração de John Kennedy. A segunda seção descreve e analisa o *drawdown*, uma autoridade criada pelo Congresso em 1961 e que permitiu ao presidente norte-americano transferir artigos e serviços militares a nações e organizações internacionais como forma de assisti-las em momentos de necessidade. A terceira parte analisa, a partir do banco de dados construído, a prática da utilização dos *drawdowns* até 2024, buscando compreender sua dinâmica, razões, beneficiários e valores envolvidos, além de analisar os dois argumentos propostos. Por fim, são tecidas rápidas considerações sobre os achados e conclusões da investigação.

2 ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL E PROJEÇÃO DE PODER

Os Estados Unidos emergem, com a derrota do regime totalitário de Hitler e de seus aliados, como a principal potência do então denominado “mundo livre” (Fousek, 2000). De outra parte, percebe-se ameaçado pela influência exercida pelo regime soviético, em particular na Europa Oriental (Pecequillo, 2005). Dessa “Guerra Fria” entre as duas potências – uma capitalista e outra comunista – passa a existir um cenário de tensão permanente, de bipolaridade, com os

norte-americanos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), disputando, direta ou indiretamente, zonas de influência nas distintas regiões do mundo (Kagan, 2012).

Diante desse novo contexto, a assistência dos Estados Unidos a outras nações e organizações do sistema internacional passa a fazer parte da política externa norte-americana, sendo utilizada como uma forma de projetar poder e influência do país no exterior (Meyer, 1988).

Do ponto de vista militar, em 1947 é lançada a Doutrina Truman, com o propósito de “apoiar povos livres que estão resistindo às tentativas de dominação de parte de minorias armadas ou pressões externas” (Truman, 1947, tradução nossa). Segundo Pagliai (2006, p. 28), “os EUA asseguraram que suas forças militares estariam sempre prontas a intervir em escala mundial, desde que fosse preciso defender um país aliado da agressão externa (da URSS) ou da subversão interna, desencadeada pelo movimento comunista internacional”.

O marco mais significativo, constituindo-se no primeiro grande programa de assistência externa, foi o Plano Marshall de 1948, na administração de Harry Truman (1945-1953) e que visava a reconstruir os países europeus assolados pelo flagelo da II Guerra Mundial (Radelet, 2003). Tratava-se de um programa multifacetado que objetivava conferir ajuda humanitária à Europa pós-guerra e auxílio econômico para os países do continente, além de promover a paz e expandir os mercados norte-americanos evitando uma crise econômica (Allen; Wala, 1993). Conforme Gimbel (1976, p. 1, tradução nossa), o plano era um corolário da Doutrina Truman, “um programa para deter o comunismo, frustrar os socialistas e esquerdistas, atrair os satélites da União Soviética e conter ou fazer retroceder a influência dos russos”.

Houve um esforço dos sucessivos presidentes a partir de Truman de auxiliar monetária e militarmente a nações aliadas aos Estados Unidos no sentido de se afastarem do pêndulo representado pelo totalitarismo soviético. Uma das administrações que mais se destacaram nesse sentido foi a do democrata John Kennedy (1961-1963), marcada por iniciativas como os Corpos de Paz, a criação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e a Aliança para o Progresso, esta última com foco nos países da América Latina (May, 1989; Essex, 2013; Taffet, 2007).

Essex (2013) assinala que um dos temas centrais da campanha presidencial norte-americana de 1960 foi precisamente a reorganização dos programas de assistência externa. Kennedy, em particular, comprometeu-se com reformas e mudanças nessa área, tornando o assunto uma das prioridades de seu governo. Um de seus legados mais importantes foi a discussão e aprovação, em setembro de 1961, da Lei de Assistência Externa (LAE), origem da autorização presidencial de *drawdown*, objeto de investigação deste artigo.

Em sua mensagem especial enviada ao Congresso a 22 de março de 1961 em que apresentava as diretrizes de seu plano de ajuda externa, Kennedy assinalava três fatos principais para que fosse realizada uma discussão nacional sobre o assunto (Kennedy, 1961).

Em primeiro lugar, o presidente expressa uma crítica aos “programas e conceitos de ajuda externa existentes”, classificando-os como “burocraticamente fragmentados, ineficientes e lentos” e com uma gestão realizada partir de “uma estrutura caótica e irracional que abrange pelo menos quatro departamentos e várias outras agências” (Kennedy, 1961, p. 1, tradução nossa). Eles seriam, na visão do governo, completamente inadequados para a nova configuração do sistema internacional que se verificava na década de 1960, em particular às necessidades do chamado “mundo subdesenvolvido”.

Por segundo, o democrata reconhece que o “colapso econômico” de “nações livres, porém menos desenvolvidas” seria “desastroso para a nossa segurança nacional, prejudicial para a nossa prosperidade comparativa e ofensivo para a nossa consciência”, surgindo daí a necessidade de prestar assistência a esses países (Kennedy, 1961, p. 1, tradução nossa). E, por fim, que se descortinava, naquele início de década, “uma oportunidade histórica para um grande esforço de assistência econômica por parte das nações industrializadas livres” com a meta de promover as “nações menos desenvolvidas para um crescimento econômico autossustentado” (Kennedy, 1961, p. 1, tradução nossa). Note-se que o ponto aqui expressa-se em relação a uma ajuda econômica e não propriamente militar.

A ajuda do Norte industrializado seria direcionada para o hemisfério Sul, expressamente a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. O desafio dos países pertencentes a essas regiões era a modernização econômica para reduzir os níveis de desigualdade social e ampliação do padrão de vida dessas sociedades. Havia, ao mesmo tempo, um “motivo especial” para a assistência econômica aos países “subdesenvolvidos” do ponto de vista do sistema de produção capitalista: “Sem exceção, estão sob pressão comunista. Em muitos casos, essa pressão é direta e militar. Em outros, assume a forma de intensa atividade subversiva”, escreveu John Kennedy (1961, p. 2, tradução nossa).

Pode-se dizer que Kennedy foi bem-sucedido em seu esforço para aprovar uma legislação que modernizasse a ajuda externa dos Estados Unidos. Seu produto mais importante, conforme já referido, foi a Lei de Assistência Externa, aprovada no auge da Guerra Fria e considerada por Rennack e Chesser (2011) como a “pedra angular” da política de ajuda norte-americana a outros países do sistema internacional. Na definição do Departamento de Defesa, trata-se de “uma lei para promover a política externa, a segurança e o bem-estar geral dos Estados Unidos, auxiliando povos do mundo em seus esforços em direção ao desenvolvimento econômico e à segurança interna e externa, e para outros fins” (DSCA, 2024, tradução nossa).

Note-se que seu escopo é amplo, reflexo do variado conteúdo incluído na legislação, que abarca muitas possibilidades, modos, formas, programas e capacidades de intervenção dos Estados Unidos em outros países buscando assisti-los. A própria definição de assistência externa, contida no artigo 634(b)(1) da Lei, dá azo a muitas possibilidades de auxílio:

Assistência estrangeira significa qualquer item tangível ou intangível fornecido pelo governo dos Estados Unidos a um país estrangeiro ou organização internacional, sob esta ou qualquer outra lei, incluindo, mas não se limitando a, qualquer treinamento, serviço ou orientação técnica, qualquer item de propriedade real, pessoal ou mista, qualquer *commodity* agrícola, dólares americanos e quaisquer moedas de qualquer país estrangeiro que sejam de propriedade do governo dos Estados Unidos (FAA, 1961, p. 238, tradução nossa).

A partir dos termos dessa definição, reconhecidamente ampla, Meyer (1988) pontua que a ajuda dos Estados Unidos a países ou organizações internacionais pode ser classificada em duas categorias básicas, a saber: (I) desenvolvimento econômico e humanitário; e (II) militar. Diante disso, e conforme o conteúdo da legislação, seriam delegados ao presidente da República,

como chefe do Poder Executivo, meios, autoridades e poderes para que os Estados Unidos expandissem sua presença ao nível internacional, em observância aos seus interesses nacionais. Um desses mecanismos será precisamente a *Presidential Drawdown Authority* (PDA), utilizada pelos presidentes norte-americanos para projetar influência e poder e que tem sido utilizada recorrentemente por Joe Biden para ajudar militar e humanitariamente a Ucrânia em seu esforço de guerra contra a Rússia.

3 *DRAWDOWN* E PODER PRESIDENCIAL

A Lei de Assistência Externa inovou ao estabelecer vários poderes especiais ao presidente da República com o objetivo de empreender assistência econômica, humanitária e militar a países e organizações internacionais (GAO/NSIAD-85-79, 1985). Uma dessas autoridades executivas é a PDA que, embora de difícil tradução para a língua portuguesa, pode ser entendida como o “poder presidencial de desembolso”.

Inscrito no artigo 506 da LEA, a autoridade de *drawdown* estabelece que o presidente “pode direcionar a retirada de artigos de defesa dos estoques do Departamento de Defesa, serviços de defesa do Departamento de Defesa e educação e treinamento militar” (FAA, 1961, p. 171, tradução nossa). Trata-se de uma transferência direta de equipamentos e serviços militares dos Estados Unidos para países e organizações internacionais objeto da assistência.

O principal requisito a ser preenchido para a aplicação dessa cláusula legal é uma determinação presidencial, ou seja, uma manifestação do chefe de estado sobre a necessidade de sua aplicação. Conforme o texto legal, cabe ao presidente determinar que:

(A) existe uma emergência imprevista que requer assistência militar imediata a um país estrangeiro ou organização internacional; e (B) a necessidade da emergência não pode ser atendida sob a autoridade da Lei de Controle de Exportação de Armas ou qualquer outra lei, exceto esta seção (FAA, 1961, p. 171, tradução nossa).

O presidente exerce a função de soberano da decisão sobre se uma emergência que demanda a ajuda dos Estados Unidos existe ou não. Um *drawdown*, nesse sentido, é um poder emergencial concentrado nas mãos do presidente, conferindo-lhe maior flexibilização e agilidade para mobilizar ajuda externa, militar ou não. Na perspectiva do Departamento de Estado norte-americano, em documento recente, a função do *drawdown* ao longo do tempo foi a de “apoiar aliados e parceiros em crises ao redor do mundo”, permanecendo ainda “como a ferramenta mais responsiva do governo dos EUA para transferir rapidamente equipamentos militares e outros em uma emergência não antecipada” (State, 2024, tradução nossa). A situação de emergência declarada pelo presidente, ao mesmo tempo, deve ser especialíssima e “não pode ser abordada por outros meios”, ou seja, por outras legislações como de exportação de armas, sendo a única opção possível o envio de materiais dos estoques do Departamento de Defesa e de outras agências governamentais norte-americanas.

O presidente tampouco necessita de algum tipo de autorização congressional para executar um *drawdown*, entretanto ele precisa obrigatoriamente comunicar sua decisão aos congressistas (GAO-17-26, 2016). Conforme estabelece o artigo 652 da LEA, é preciso que ele “notifique por

escrito o presidente da Câmara dos Representantes e o Comitê de Relações Exteriores do Senado”, indicando o artigo da lei a ser invocado, a devida justificativa e a quem se destina a assistência (FAA, 1961, p. 251, tradução nossa).

Um presidente norte-americano, para realizar um *drawdown*, tem a sua disposição três autoridades especiais básicas encontradas nos artigos 506 e 552 da LEA (FAA, 1961). A primeira, conhecida como 506(a)(1), refere-se a situações declaradas como emergenciais. A segunda, 506(a)(2), é destinada a situações não emergenciais incluindo nominalmente o combate ao narcotráfico internacional, assistência a desastres naturais e humanitários, antiproliferação de armas nucleares, ajuda a migrantes e refugiados e treinamento militar a Vietnã, Camboja e Laos durante o antigo conflito no Sudoeste da Ásia. A terceira, por fim, 552(c)(2), é usualmente utilizada para operações de manutenção de paz comandadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) ou por outras organizações multilaterais, inclusive regionais de segurança, tal como a União Africana.

O poder presidencial de desembolso é uma autorização presidencial, porém não uma fonte de financiamento. Os artigos 506(a)(1), 506(a)(2) e 552(c)(2) da LEA estabeleceram um limite de 325 milhões de dólares em cada ano fiscal (iniciado em outubro) disponível para os *drawdowns* autorizados pelo presidente (GAO-17-26, 2016). No desenho institucional norte-americano, vale destacar, o controle orçamentário é realizado pelo Congresso, de modo que ao longo do tempo o Legislativo aprovou apropriações suplementares para sustentar distintos desembolsos de armas e assistência estrangeira para além do teto definido em 1961 (GAO-02-1027, 2002). O caso mais recente é da Ucrânia, com a aprovação congressional de bilhões de reais adicionais para a execução de *drawdowns* presidenciais.

Ao longo das décadas, o Congresso realizou algumas modificações pontuais na LEA e que impactaram na autoridade de *drawdown* (GAO/NSIAD-85-79, 1985). Houve, por exemplo, por algumas vezes a alteração com redução do teto para o gasto, e a flexibilização da razão para invocar a autoridade pelo presidente. Em 1976 o Congresso, buscando retomar seu controle em política externa, estabeleceu que antes de realizar um *drawdown* era preciso aprovar uma apropriação orçamentária. Como não houve financiamento pelos próximos três anos, essa autoridade presidencial virtualmente acabou. Em 1981, por sua vez, houve um aumento do teto.

Em termos práticos, um *drawdown* segue um determinado rito envolvendo o presidente e algumas agências governamentais (GAO-17-26, 2016). A primeira etapa envolve o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa, que precisam concordar com a disposição do presidente de utilizar da autoridade de *drawdown* como reação a uma crise internacional. Estado e Defesa precisam agir em sinergia, pois são os atores centrais para a operacionalização da assistência. Ainda dentro dessa etapa, as estruturas militares do governo são consultadas para revisar o potencial impacto, em termos orçamentários e estoques, da transferência de materiais e equipamentos a outros países ou organizações internacionais. Sublinhe-se aqui que armas, veículos, munições e outros artigos militares enviados ao exterior saem diretamente dos estoques e do orçamento do Departamento de Defesa ou a partir de contratos já assinados entre o governo e as indústrias militares, de modo que um *drawdown* incide sobre a organização das agências militares norte-americanas.

A segunda etapa é a redação de um memorando de justificação confeccionado pelo Departamento de Estado. Esse documento é apresentado ao gabinete do presidente da República para revisão.

Uma vez aprovado, parte-se para a próxima etapa, que é a notificação, pelo Secretário de Estado (por delegação do presidente), do Congresso acerca da disposição do presidente de utilizar seu poder de *drawdown*.

Uma quarta etapa, após a comunicação do Legislativo pelo Executivo, é a assinatura de uma Determinação Presidencial (*Presidential Determination*) expondo a posição oficial do governo norte-americano em relação a determinado evento internacional que demanda assistência imediata. Nesse documento, com força legal e publicado no Registo Federal (equivalente ao Diário Oficial), o presidente transfere ao Departamento de Estado a autoridade para a execução do *drawdown*, em cooperação com outras agências. A Determinação Presidencial também é enviada ao Congresso para conhecimento, conforme determina a LEA.

O passo seguinte é o da execução da ordem presidencial. Vinculada ao Departamento de Defesa, a Agência de Cooperação de Segurança e Defesa possui papel central nessa etapa. É ela quem organiza com as entidades militares, tais como Exército, Força Aérea e Marinha, os equipamentos a serem enviados ao exterior, assim como quais serviços, como instrução militar, serão oferecidos, responsabilizando-se, em conjunto com o Departamento de Estado, pelo transporte dos itens em estoque.

Uma das principais características de um *drawdown* é precisamente a rapidez com que equipamentos militares, letais ou não, são enviados. A existência de muitas bases norte-americanas no exterior reforça a capacidade de entrega rápida desses artigos. Uma vez assinada a Determinação Presidencial, o Departamento de Estado assinala que a ajuda “pode começar a chegar em questão de dias – ou até mesmo horas” (State, 2024, tradução nossa).

Como se tratam de retiradas de armas em estoque, já adquiridas pelo governo, cabe ao Departamento de Defesa proceder “uma revisão de segurança tecnológica para determinar quais itens podem ser transferidos sem colocar em risco a vantagem do combatente dos EUA” (State, 2024, tradução nossa). Um *drawdown*, portanto, não pode comprometer a capacidade bélica dos Estados Unidos, sobretudo de seus estoques de armas. Na prática, no entanto, em geral são transferidos artigos militares antigos, sobressalentes e que não comprometem a capacidade de defesa do país (GAO-02-1027, 2002).

Em uma última etapa é preciso prestar contas ao Congresso sobre o *drawdown*, o que é feito com o envio da lista de serviços e artigos militares, com a estimativa de seus respectivos valores, enviados aos países ou organizações internacionais objeto da assistência. O fim de um *drawdown* ocorre quando a emergência que causou sua declaração teve seu fim ou quando o dinheiro destinado pela autorização acaba (GAO-02-1027, 2002).

Conforme se pode notar, o poder presidencial de desembolso é uma ferramenta que auxilia para a projeção do poder norte-americano, particularmente o militar, no sistema internacional. Trata-se de um recurso de poder presidencial pouco conhecido, porém fartamente utilizado desde sua criação, e que retomou sua importância em razão da extensiva utilização pela administração de Joe Biden a fim de propiciar ajuda militar e humanitária à Ucrânia.

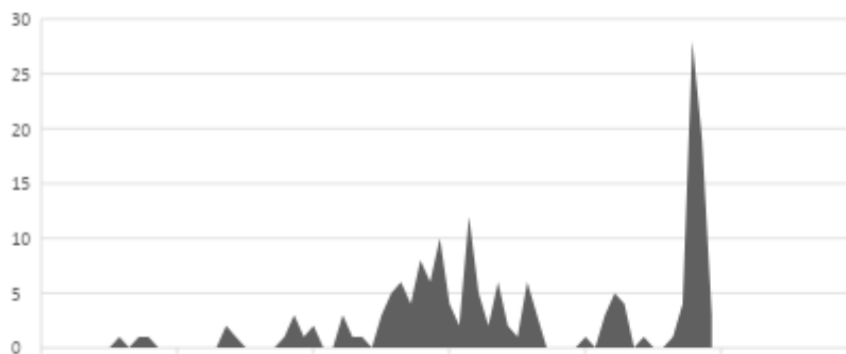
4 *DRAWDOWN*: ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO (1961-2024)

Desde sua aprovação na LEA, já transcorreram seis décadas de utilização da autoridade presidencial do *drawdown*. Os estudos diacrônicos sobre sua utilização são praticamente inexistentes

e os que já foram publicados são relatórios técnicos do próprio governo dos Estados Unidos. Com o objetivo de diminuir a lacuna sobre a compreensão de uma ferramenta tão importante para a política externa norte-americana, confeccionou-se um banco de dados com os *drawdowns* determinados pelo presidente de 1963, quando de sua primeira ordem, até abril de 2024¹.

O Gráfico 1 apresenta a ocorrência de *drawdowns* para assistência externa determinadas pelo presidente norte-americano. A LEA é de setembro de 1961, porém a primeira invocação da autoridade ocorreu apenas em 1963 com ajuda militar à Índia no contexto do conflito com a China e no valor de 55 milhões de dólares – essa ajuda, no entanto, acabou não sendo efetivada. O banco de dados apresenta, no total, 172 determinações presidenciais com o envio de artigos e serviços militares em emergências. É possível notar que há uma variação no número de *drawdowns* ao longo das décadas, assim como identifica-se que em muitos anos não houve a utilização dessa autoridade pelo presidente. Nas décadas de 1960 e 1970, em particular, é possível visualizar os períodos de maiores ausências de determinações presidenciais. As ocorrências, por sua vez, estão relacionadas ao conflito no Sudoeste Asiático.

Gráfico 1. Ocorrência de drawdowns (1961-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de GAO-02-1027 (2002); DSCA H-1 (2004) e Federal Register.

Mesmo que tenha sido criada no contexto da Guerra Fria, e que refletisse a preocupação do presidente John Kennedy de conter a zona de influência dos soviéticos e fortalecer a projeção internacional dos Estados Unidos do ponto de vista humanitário e mesmo militar, há uma aceleração de sua utilização a partir dos anos 1990, ou seja, depois do fim da bipolaridade do sistema internacional. Nessa década há registro de *drawdowns* em todos os anos com uma média acima das décadas pretéritas – o ápice das ocorrências foi em 1999, com 12 determinações presidenciais de assistência externa.

Os anos 2000 segue um padrão próximo à anterior, com números significativos de *drawdowns* que se prolongam até 2006, reflexo, em muitos casos, da Guerra Global contra o Terrorismo promovida pela administração republicana de George W. Bush. A utilização da

1 As ocorrências de 1963 a 2001 foram coletadas de GAO-02-1027, as de 2002 a 2004 de DSCA H-1, 2004 e os *drawdowns* de 2005 em diante foram coletados pelo autor diretamente no site do *Federal Register* a partir dos documentos de Determinação Presidencial. Essas informações, após coletadas, foram sistematizadas e receberam tratamento estatístico nos programas Excel e SPSS.

autoridade presidencial é retomada em 2011 com o envio de equipamentos não letais à Líbia, não é invocada nos dois anos seguintes e é retomada a partir de 2013, prolongando-se até 2017.

Os anos iniciais da década de 2020 testemunham, por sua vez, uma utilização sem precedentes de *drawdowns*. A cada três determinações presidenciais, uma está concentrada até abril de 2024. Foram, ao total, 55 ocorrências. Esses números evidenciam uma clara retomada da utilização da autoridade de desembolso, incomparavelmente superior a qualquer década ou mesmo ano precedente.

A variável explicativa é o início do conflito da Rússia contra a Ucrânia. Os *drawdowns* tornaram-se uma forma de assistência humanitária e principalmente militar dos Estados Unidos ao regime ucraniano. Em 2022, por exemplo, todas as 28 determinações presidenciais de transferência de artigos militares tiveram como beneficiário a Ucrânia, o mesmo acontecendo com os 19 desembolsos de 2023. Todos esses números confirmam nosso primeiro argumento de trabalho que assevera que o conflito russo-ucraniano produziu uma revitalização da autoridade presidencial de *drowdowns* em um nível até então inédito na história da LEA.

Gráfico 2. Drawdowns em US\$ (bilhões) (1963-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de GAO-02-1027 (2002); DSCA H-1 (2004) e Federal Register.

O Gráfico 2, com os valores anuais dos *drawdowns*, igualmente caminha nessa direção, apontando que o caso de ajuda da Ucrânia realmente destaca-se dos demais manifestando um comportamento típico de *outlier*. Durante o período analisado a ajuda norte-americana perfaz 30,4 bilhões de dólares. Da década de 1960 até antes do início da década de 2020, os valores dos *drawdowns* em apenas dois anos superaram a marca de 500 milhões de dólares, sendo que os maiores patamares são encontrados na década de 1990. Há, nos anos 2022, 2023 e 2024 uma explosão nos valores, totalizando 25,9 bilhões, ou seja, 85% de todos os valores desde seu início. É o resultado da utilização da autoridade presidencial de desembolso para o envio de artigos militares ao governo da Ucrânia.

Por meio dos registros das determinações presidenciais foi possível mapear o fundamento legal para os *drawdowns*, informações apresentadas na Tabela 1. O primeiro aspecto a ser destacado é que os desembolsos, ao longo do tempo, foram baseados não apenas nos artigos 506 e 552 da LEA, mas também em outras seções da lei, além de outras normas. Isso significa dizer que o presidente norte-americano possui uma série de fundamentos legais para transferir ajuda humanitária ou militar ao exterior a partir da ferramenta de *drawdown*.

O artigo 506(a)(1) compreende mais da metade dos *drawdowns* autorizados pelo presidente e 86,4% do total de recursos. A cada dez transferências, cinco estão fundamentadas nesse artigo da LEA. O caso ucraniano, uma vez mais, influencia fortemente para esses resultados, já que desde 2022 foram 42 *drawdowns* embasados nesse dispositivo da lei. A diferença com as demais bases legais é que o 506(a)(1) refere-se a situações internacionais caracterizadas como emergenciais, decisão discricionária do presidente.

Tabela 1. Autorizações de *drawdowns* e sua base legal (1961-2024)

Base legal	Número de <i>drawdowns</i>	Número de <i>drawdowns</i> (%)	Total autorizado (US\$ milhões)	Total autorizado (%)
Artigo 506(a)(1) da LEA (emergência)	91	52,9	26.319	86,4
Artigo 506(a)(2) da LEA (situação não emergencial)	27	15,7	1.089,6	3,6
Artigo 552(c)(2) da LEA (operações de paz)	26	15,1	469,49	1,5
Lei de Operações Externas	18	10,5	1.359,8	4,5
Artigo 614(a)(1) da LEA	4	2,3	650	2,1
Artigo 506 da LEA	3	1,7	266,99	0,9
Lei de Apoio à Libertação do Afeganistão	2	1,2	300	1,0
Lei de Libertação do Iraque	1	0,6	5	0,02
TOTAL	172	100%	30.460	100

Fonte: Elaboração própria a partir de GAO-02-1027 (2002); DSCA H-1 (2004) e Federal Register .

Trata-se, na prática, de uma espécie de “guarda-chuva” para uma gama suficientemente ampla de episódios. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, o 506(a)(1) foi utilizado pelos presidentes para fundamentar a assistência militar ao Vietnã do Sul e ao Camboja contra a ameaça norte-vietnamita. Na década de 1980 o dispositivo foi utilizado para enviar assistência militar a El Salvador (1981 e 1982) contra atividades de guerrilha no país, ao Chade em seu esforço de guerra contra a Líbia (1983 e 1987) e às Filipinas (1986) para enfrentar uma situação de desastre humanitário.

A década seguinte, com um maior número de *drawdowns* que as anteriores, apresenta uma maior diversidade de objetivos para as decisões presidenciais. Em 1990 e 1991 foram transferidos artigos militares a Israel e Turquia no contexto da operação Tempestade no Deserto na I Guerra do Golfo. Em 1994 foi prestada assistência à República Dominicana para o combate ao contrabando no país, e à Jamaica e Haiti por questões humanitárias. Em 1995 direcionou-se assistência militar à França e Reino Unido, via *drawdown*, no âmbito da força de reação rápida para a Bósnia. Operações de manutenção de paz também foram objeto de ajuda norte-americana através do artigo 506(a)(1), como em 1996 com a assistência a Gana, Guiné, Mali, Nigéria e Serra Leoa na intervenção na Libéria liderada pelo Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, e em 1999 na Libéria. Utilizou-se também o artigo para prestar assistência militar à Colômbia em seu combate ao narcotráfico e às guerrilhas no país.

Na década de 2000, destaca-se a ajuda militar, em 2002, ao Afeganistão, Geórgia e Filipinas com o objetivo de assistir esses países contra as atividades de organizações terroristas, reflexo da política externa de George W. Bush. Na década seguinte, a partir de 2013, destacam-se *drawdowns* à França e Chade para operações militares no Mali, e ao apoio da coalizão internacional da União

Africana na República Centro Africana. É em setembro de 2014 que se registra o primeiro *drawdown* com assistência militar à Ucrânia, no valor de 5 milhões de dólares. Relembre-se que neste ano a Rússia invadiu o território da Criméia e anexou-o unilateralmente. Em 2015 há uma segunda assistência à Ucrânia no valor de 20 milhões. A partir de 2022, conforme já mencionado, haverá uma profusão de *drawdowns* à Ucrânia, que se tornará o beneficiário praticamente único da assistência militar norte-americana via dispositivos da LEA.

Ainda conforme a Tabela 1, o artigo 506(a)(2) foi invocado em 15,7% dos *drawdowns*, representando, no entanto, apenas 3,6% do total de recursos autorizados. Os acontecimentos a receber ajuda dos Estados Unidos foram de uma natureza não emergencial, mas mesmo assim preocupantes para Washington. São, por isso mesmo, mais específicos e concentrados no combate ao narcotráfico internacional em diversos países da América do Sul na década de 1990 e assistência a desastres naturais e humanitários em países de diversos continentes também a partir dos anos 90.

O artigo 552(c)(2) é historicamente reservado a ser invocado para operações de manutenção de paz e para a estabilização de países em esforços geralmente capitaneados por organizações internacionais ou coalizões de países. Esses casos conformam 15,1% do total de *drawdowns* e somam 469 milhões de dólares ao longo do tempo, 1,5% do total de recursos autorizados. Destes casos podemos mencionar operações de paz comandadas pelas Nações Unidas em 1988, 1993, 1994, 1997 e 1999, o transporte de tropas da União Africana até Darfur, no Sudão, em 2005, a operação de estabilização do Haiti em 1995 e o treinamento da guarda presidencial do país no ano seguinte. Em 2013, Barack Obama autorizou dois *drawdowns*, com envio de artigos militares não letais à Coalizão da Oposição Síria e Conselho Militar Supremo, grupos de oposição ao regime de Bashar al-Assad. Note-se que o 552(c)(2) foi ativado também para providenciar assistência militar a grupos internos de contestação a regimes não apoiados pelos norte-americanos.

Registram-se, ainda, cinco outros fundamentos para os *drawdowns*. Três autorizações citam apenas genericamente o artigo 506 da LEA, sem precisar quais incisos e alíneas, e outros quatro mencionam a seção 614(a)(1) do texto legal. Este último dispositivo permite que o presidente autorize um desembolso de equipamento ou serviços militares quando considerar “importante para os interesses de segurança dos Estados Unidos” (FAA, 1961, p. 206, tradução nossa). Em todos os casos em que foi aplicado, entre 2002 a 2023, o beneficiário com assistência militar imediata foi a Ucrânia.

Drawdowns também foram determinados pelo presidente tendo como fundamento legislações específicas aprovadas pelo Congresso. Trata-se dos casos do Afeganistão (2003 e 2004) através da Lei de Apoio à Libertação do Afeganistão, e do Iraque (2000) com a Lei de Libertação do Iraque de 1998. No caso do Iraque, em particular, a lei autorizava o presidente da República a estabelecer assistência às “organizações da oposição democrática iraquiana”, incluindo-se auxílio militar através do envio de artigos de defesa e treinamento militar a partir de *drawdowns* no valor de até 97 milhões de dólares (ILA, 1998, tradução nossa). Ou seja: o *drawdown* aplica-se não apenas a estados, mas também a organizações ou grupos não estatais e contestadoras de determinado *status quo*, como eram os opositores ao regime sunita de Saddam Hussein.

Por fim, a Lei de Operações Externas foi utilizada pelo presidente para realizar 10,5% dos *drawdowns*, perfazendo 1,3 bilhão de dólares. Foram, ao total, 18 determinações presidenciais, dentre as quais para Israel, por interesse nacional norte-americano na década de 1990, para a

Jordânia com o objetivo de proteção de fronteira e modernização de suas forças armadas, e para a Tunísia (por quatro vezes entre 1999 a 2002) com objetivos de treinamento militar, envio de peças para aeronaves e por interesse nacional dos Estados Unidos.

Os registros dos 172 *drawdowns* revelam, portanto, que o presidente tem a sua disposição uma série de embasamentos legais para autorizar o envio de equipamentos e serviços militares a países e organizações internacionais. Extrapola-se, assim, a autoridade própria da LEA, que criou esse tipo de autorização, passando em determinados momentos e casos o Executivo a citar outras leis para sustentar a decisão presidencial.

Ao total, 69 países já foram objeto de *drawdowns*, duas organizações internacionais (ONU e União Africana) e grupos de oposição a regimes, como nos casos do Iraque e Síria. O grande número de beneficiários, espalhados nas mais distintas regiões do planeta, demonstra que a autoridade de desembolso serve como uma ferramenta de projeção de poder norte-americano, presidida por seus interesses estratégicos de defesa nacional e segurança internacional.

As decisões presidenciais não são presididas apenas por um altruísmo ou por um sentido de responsabilidade moral por nações que necessitam de ajuda, mas também por exigências estratégicas, primeiro em um mundo bipolar, e depois multipolar, para manter e mesmo expandir mundialmente a presença norte-americana a partir da prestação de ajuda a aliados em determinados momentos. Trata-se, destaque-se, de uma das muitas formas e possibilidades de projeção de poder.

A Tabela 2 apresenta uma lista com os países em que o desembolso foi mais recorrente ao longo das últimas décadas. O destaque é a Ucrânia com mais de 50 determinações presidenciais, reforçando o achado de que a autoridade, na década de 2020, tem sido revigorada para enviar artigos militares ao país para defender-se da agressão russa. As Nações Unidas aparecem como a segunda beneficiária com 11 casos, ilustrando o comprometimento dos Estados Unidos com ações multilaterais levadas a cabo pela principal organização do sistema internacional. A presença, em terceiro lugar, de Israel mostra-se coerente com a histórica aliança que o estado judeu possui com os Estados Unidos desde sua criação pós-II Guerra. Em quarto lugar, com 7 *drawdowns*, a assistência ao Afeganistão insere-se no contexto da intervenção ao país em outubro de 2001, e a retirada das forças norte-americanas em 2021 com o retorno dos talibãs ao poder. Na tabela também se destaca o caso da Colômbia, que recebeu farta assistência militar norte-americana na década de 1990 para o combate ao narcotráfico internacional. El Salvador e Haiti, por sua vez, surgem como os países do continente, depois da Colômbia, que em mais ocasiões receberam *drawdowns*. Na África, o maior recorrente é o Chade, seguido pela Nigéria. Na Ásia, por sua vez, sobressai-se as Filipinas. E a França consta com 6 autorizações por suas atuações na Bósnia e no combate a organizações insurgentes no Mali.

Sob outro ângulo de análise, a Tabela 3 revela quais são os países que mais receberam ajuda militar em equipamentos e serviços militares tendo-se como parâmetro a quantidade de dólares autorizados. Relembre-se que um *drawdown* não significa o envio de dinheiro para os países ou organizações, mas sim de artigos de defesa e serviços como treinamento militar que são precificados. A Ucrânia, em todo o período de vigência da autoridade, abocanhava até agora mais de 25 bilhões de dólares, ou 83,2% de todos os valores autorizados pelos presidentes norte-americanos.

Tabela 2 – Autorizações de *drawdowns* por países beneficiados (1961-2024)

País	Número de <i>drawdowns</i>
Ucrânia	53
Nações Unidas	11
Israel	9
Afeganistão	7
Colômbia	7
Chade	6
France	6
El Salvador	5
Haiti	5
Nigéria	5
Filipinas	5

Fonte: Elaboração própria a partir de GAO-02-1027 (2002); DSCA H-1 (2004) e Federal Register.

Próximo à casa do bilhão de dólares consta Israel, parceiro estratégico e privilegiado dos Estados Unidos, porém em um patamar de apenas 3% de todos os valores. Interessante notar que os *drawdowns* foram em maiores valores para o Afeganistão do que para o Iraque. No caso iraquiano, que também foi objeto de intervenção em 2003, o *drawdown* não foi utilizado de maneira extensiva pelo governo para providenciar assistência militar ou humanitária – foram utilizadas outras rubricas orçamentárias. É também possível verificar a importância do conflito no Sudoeste Asiático nas décadas de 1960 e 1970, com meio bilhão de dólares em ajuda para o Camboja e 375 milhões para o Vietnã do Sul.

A ONU e suas operações de paz, embora numerosas, receberam 1,3% do valor das autorizações. Os *drawdowns*, nesse sentido, não privilegiaram ações multilaterais, mas sim ações de assistência individual conduzidas pelos Estados Unidos.

Tabela 3. Total Autorizações de *drawdowns* por países beneficiados em US\$ milhões

País	Total autorizado (US\$ milhões)	Total autorizado (%)
Ucrânia	25.329,5	83,2
Israel	923	3,0
Afeganistão	768,99	2,5
Camboja	525	1,7
Nações Unidas	409	1,3
Vietnã do Sul	375	1,2
Jordânia	150	0,5
Iraque	139	0,5
Haiti	130	0,4
Turquia	107	0,4
Bósnia	100	0,3
Outros	1.503,39	4,9
TOTAL	30.459,88	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de GAO-02-1027 (2002); DSCA H-1 (2004) e Federal Register.

Cumprido, ainda, destacar a presença da Jordânia, beneficiada com 150 milhões, como exemplo de projeção do poder norte-americano em uma região estratégica. De 1996 a 1999, o presidente Bill Clinton autorizou três *drawdowns* à Jordânia com o objetivo manifesto de reforçar a segurança do Oriente Médio, um dos objetivos da política externa da administração democrata. Essa assistência militar deu-se a partir da assinatura do tratado de paz entre a monarquia jordaniana e o estado de Israel em 1995, e do papel desempenhado pelo país nos acordos de Wye River entre o estado judeu e a Autoridade Palestina em setembro de 1988.

Dos estoques do Departamento de Defesa foram fornecidos à Jordânia, a título de exemplo, 88 tanques, 18 helicópteros, 38 veículos blindados, uma aeronave C-130, 302 mísseis ar-ar, dentre outros equipamentos. “De acordo com funcionários do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado, os artigos de defesa que foram transferidos ajudaram a Jordânia a garantir a segurança de suas fronteiras”, pontua um relatório do Escritório de *accountability* do governo americano (GAO-02-1027, 2002, p. 12, tradução nossa).

O caso jordaniano é importante porque o envio de equipamentos militares, assim como de serviços tais como treinamentos e educação militar, é apontado como um dos fatores que estabeleceu uma “excelente” relação entre os Estados Unidos e o país do Oriente Médio (GAO-02-1027, 2002). Durante a intervenção no Afeganistão, em outubro de 2001, as forças armadas da Jordânia contribuíram em terra com operações de remoção de minas e instalação de um hospital de campanha. Mais recentemente, em abril de 2024, no ataque aéreo do Irã à Israel, a força aérea jordaniana participou ativamente do esforço de interceptação dos drones e mísseis atirados contra o estado judeu.

De outra parte, a assistência militar ao país fomentou mais contratos para as firmas de defesa americanas. O governo jordaniano, por exemplo, assinou um no valor de 38 milhões de dólares para realizar a modernização de tanques M60, incluindo os quase 90 fornecidos pelos Estados Unidos em 1996, colocando neles um canhão de 120mm (GAO-02-1027, 2002). Os *drawdowns*, portanto, também têm como objetivo a expansão do mercado do complexo militar-industrial dos Estados Unidos.

O caso bósnio, por sua vez, expõe o problema da manutenção dos equipamentos enviados (GAO-02-1027, 2002). Em 1996 a Bósnia recebeu, via estoques do Departamento de Defesa, helicópteros e tanques, porém não teve condições de manter a sua operacionalidade ao longo dos anos seguintes. A Federação Bósnia recebia, por ano, 6 milhões de dólares dos Estados Unidos para o apoio aos equipamentos, valor muito abaixo do necessário. O Ministério de Defesa da Federação estimava que apenas para combustível e peças sobressalentes seriam necessários 10 milhões anuais. Diante dessa insuficiência de recursos para a manutenção dos artigos, em maio de 2002 anotava-se uma deterioração e “as taxas operacionais estavam abaixo de 35% para os helicópteros e 60% para os tanques” (GAO-02-1027, 2002, p. 15, tradução nossa).

Situação semelhante ocorreu com a Colômbia com o *drawdown* no valor de 40 milhões de dólares de setembro de 1996 em que houve muitos problemas com os equipamentos enviados (GAO/NSIAD-98-60, 1998). 12 helicópteros UH-1H, por exemplo, entregues em maio de 1997 voavam, em média, apenas 10 horas, sendo então necessária uma manutenção substancial. Em julho de 1997, a polícia colombiana informava que apenas dois dos 12 helicópteros enviados estavam em plena operação.

Tais situações são reveladoras das assimetrias tecnológicas entre os países em termos de suas capacidades militares. Os *drawdowns* “geralmente fornecem um ou dois anos de peças de reposição essenciais para aeronaves, veículos e armas, mas muitos destinatários não têm os recursos para sustentar os artigos de defesa depois disso” (GAO-02-1027, 2022, p. 15, tradução nossa). Transferências “são bem-sucedidas a longo prazo”, conforme destacam autoridades do Departamento de Defesa, “apenas se o destinatário estrangeiro tiver a capacidade de sustentar os artigos de defesa ou se os Estados Unidos fornecerem financiamento adicional para a manutenção” (GAO-02-1027, 2022, p. 15, tradução nossa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da autoridade presidencial de *drawdown*, desde sua implementação em 1961 até 2024, revelou a evolução e a importância dessa ferramenta para a política externa dos Estados Unidos. Trata-se, vale destacar, de uma das muitas possibilidades para que o presidente norte-americano preste assistência militar ou humanitária a países. Ao longo do tempo, os *drawdowns*, a partir do envio de artigos militares dos estoques do Departamento de Defesa, e de serviços militares tais como educação e instrução de tropas, acabaram sendo utilizados como meios de projeção e influência, refletindo dinâmicas geopolíticas e as mudanças, continuidades e prioridades das administrações norte-americanas.

A partir do banco de dados confeccionado foi possível observar a variação da utilização dos *drawdowns* com décadas de maior ou menor incidência. Desde a sua criação, houve momentos de intensa atividade, como durante a década de 1990 e 2000, e períodos de menor atividade, como nas décadas de 1960 e 1970. A guerra da Rússia contra a Ucrânia, a partir da década de 2020, por sua vez, transformou-se em um catalisador importante para a expansão da determinação de *drawdowns* pelo presidente Joe Biden, resultando em uma quantidade sem precedentes tanto em termos numéricos quanto em recursos em armas e educação militar.

A partir da análise dos dados também foi possível destacar a diversidade de fundamentos legais utilizados para embasar os *drawdowns*, demonstrando a flexibilidade e amplitude da autoridade presidencial. Além disso, os dados revelam que os Estados Unidos têm fornecido assistência militar a um conjunto de países e organizações com objetivos que vão desde a estabilização de regiões estratégicas até o combate ao terrorismo, assistência militar a conflitos, ajuda humanitária diante de desastres e o apoio a operações de paz das Nações Unidas. Trata-se, portanto, de uma forma de projeção do poder e influência do país ao nível internacional.

O artigo, por fim, ao realizar um primeiro estudo sobre a utilização dos *drawdowns* pelos presidentes norte-americanos, pode ter o condão de conferir maior visibilidade a essa ferramenta disponível na política externa, incentivando que novas pesquisas sejam realizadas, incluindo estudos de casos específicos sobre sua aplicação, particularmente o caso ucraniano que, conforme mostrado, passou a revestir a autoridade de *drawdown* de ainda maior importância quando comparada às décadas anteriores.

REFERÊNCIAS

ALLEN, J. S.; WALA, M. **The Marshall Plan**. [S. n.]: Political Affairs, 1993.

DSCA - DEFENSE SECURITY COOPERATION AGENCY. **Foreign Assistance Act of 1961**: Definition. Washington, DC: Department of Defense, 2024. Disponível em: <https://samm.dsca.mil/glossary/foreign-assistance-act-faa-of-1961>. Acesso em: 7 maio 2024.

DSCA-DEFENSESECURITYCOOPERATIONAGENCY.DSCAH-1.DSCA**Handbook for Foreign Assistance Act (FAA)**. Drawdown of Defense Articles and Services. DSCA H-1. Washington, DC: Department of Defense, Security Cooperation Agency, 2004. Disponível em: https://www.dsca.mil/sites/default/files/drawdown_handbook_2004b.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FAA - FOREIGN ASSISTANCE ACT. **Foreign Assistance Act of 1961**: Public Law 87-195. 2024 - Approved September 4, 1961. Washington, DC: GovInfo, 1961. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/COMPS-1071/pdf/COMPS-1071.pdf>. Acesso em: 7 maio 2024.

GAO - GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **GAO-17-26**. Security Assistance: Guidance Needed for Completing Required Impact Assessments Prior to Presidential Drawdowns. Report to Congressional Committees, GAO-17-26. Washington, DC: United States Government Accountability Office, 2016. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/gao-17-26.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

GAO - GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **GAO/NSIAD-98-60**. Drug Control: U.S. Counternarcotics Efforts in Colombia Face Continuing Challenges. Report to Congressional Requesters. GAO/NSIAD-98-60. Washington, DC: United States Government Accountability Office, 1998. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/nsiad-98-60.pdf>. Acesso em 12 maio 2024.

GAO - GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **GAO-02-1027**. Foreign Assistance: Reporting of Defense Articles and Services Provided through Drawdowns Needs to Be Improved. Report to Congressional Committees, GAO-02-1027. Washington, DC: United States Government Accountability Office, 2002. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/gao-02-1027.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

GAO - GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **GAO/NSIAD-85-79**. By the Comptroller General – Report To The Chairman, Subcommittee On Western Hemisphere Affairs, House Committee On Foreign Affairs And Ranking Minority Member, Senate Committee On Foreign Relations Of The United States: Use of Special Presidential Authorities for Foreign Assistance. GAO/NSIAD-85-79. Washington, DC: United States Government Accountability Office, 1985. Disponível em: <https://www.gao.gov/products/nsiad-85-79>. Acesso em: 8 maio 2024.

GIMBEL, J. **The Origins of the Marshall Plan**. California: Stanford University Press, 1976.

ILA - IRAQ LIBERATION ACT. **Iraq Liberation Act of 1998** - Approved January 27, 1998. Washington, DC: GovInfo, 1998. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/BILLS-105hr4655enr/pdf/BILLS-105hr4655enr.pdf>. Acesso em: 11/05/2024.

ESSEX, J. **Development, security, and aid**: Geopolitics and geoeconomics at the US Agency for International Development. Georgia: University of Georgia Press, 2013.

FOUSEK, J. **To Lead the Free World**: American Nationalism and the Cultural Roots of the Cold War. North Carolina: University of North Carolina Press, 2000.

KAGAN, R. **The World America Made**. New York: Alfred A. Knopf, 2012.

KENNEDY, J. F. **Special Message to the Congress on Foreign Aid**. The American Presidency Project, UC Santa Barbara. March 22, 1961. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/special-message-the-congress-foreign-aid-1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MAY, G. Passing the Torch and Lighting Fires: The Peace Corps. *In*: PATERSON, T. (ed.). **Kennedy's quest for victory**: American foreign policy, 1961-1963. New York: Oxford University Press, 1989. p. 284-316.

MEYER, J. A. Congressional Control of Foreign Assistance. **Yale Journal of International Law**, New Haven, v. 13, p. 69, 1988.

PAGLIAI, Graciela De Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, 2006. p. 26-42.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos estados unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RADELET, S. **Bush and Foreign Aid**. *Foreign Affairs*, p. 104-117, 2003.

RENNACK, D.; CHESSER, S. **Foreign Assistance Act of 1961**: Authorizations and Corresponding Appropriations. Washington, DC: Congressional Research Service, 2011. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20110729_R40089_a16c241a668d33d6be484ebded8164ecce38431a.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

STATE. **Use of Presidential Drawdown Authority for Military Assistance for Ukraine**. U.S. Department of State, Bureau of Political-Military Affairs, April 24, 2024. Disponível em: <https://www.state.gov/use-of-presidential-drawdown-authority-for-military-assistance-for-ukraine>. Acesso em: 29 abr. 2024.

TAFFET, J. **Foreign Aid as Foreign Policy**: The Alliance for Progress in Latin America. New York: Routledge, 2007.

TRUMAN, H. **President Harry S. Truman's Address Before a Joint Session of Congress**. March 12, 1947. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp. Acesso em 6 maio 2024.